



PREFEITURA DO

RECIFE

PROCURADORIA DE TERMOS, LICITAÇÕES E CONTRATOS – PTLC

PARECER n. 380/2015

INTERESSADO: Secretaria de Saúde (Ofício n. 346/2015 – GGAJ/GAB/SS).

ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação – fornecedor exclusivo.

ADMINISTRATIVO. CONTRATOS E LICITAÇÕES.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 25, INC. I, DA LEI
N. 8.666/93. FORNECEDOR EXCLUSIVO. REQUISITOS.
CONTRATAÇÃO ANTERIOR CHANCELADA. LEGALIDADE.

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Saúde acerca da contratação direta de empresa especializada no fornecimento de solução eletrônica para compra de equipamentos, insumos e suprimentos (Bionexo do Brasil S/A).

Após análise preliminar desta Procuradoria Especializada (virtuais fls. 61) e questionamentos sobre a eventual prorrogação contratual e a diminuição de preço da prestação em relação ao contrato anterior, voltam os autos para manifestação conclusiva. Nos termos da Secretaria consulente, a não prorrogação do contrato anterior deu-se pelo fato de o contrato não trazer tal possibilidade; por outro lado, a diminuição do preço está atrelada ao fato de que não é mais necessária a compra de plataforma, bastando a manutenção / suporte.

De fato, após os esclarecimentos da Secretaria solicitante acerca dos questionamentos acima, constam dos autos: 1) termo de inexigibilidade com justificativa técnica e fática para a prestação; 2) contrato anterior para a prestação (contrato 37/2014), que foi alvo de parecer técnico da EMPREL quanto à prestação e desta PTLC quanto à juridicidade da contratação direta; 3) certidão de exclusividade do prestador para o sistema; 4) documentação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária do contratado; 5) demonstração de plausibilidade de preço a partir de outros contratos similares entre outros entes / órgãos.

Veja-se, ainda, que a contratação anteriormente realizada (Contrato 37/2014) foi alvo de parecer jurídica desta PTLC, o qual reitero e adoto, também, como razão para o presente opinativo (Parecer n. 27/2014 – PTLC/SAJ).



PREFEITURA DO

RECIFE

De plano, há de se dizer que a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, pressupõe situação fática em que não haja viabilidade de competição. Ilustrando, o art. 25 da Lei n. 8.666/93 estabelece exemplos nos quais é possível a contratação direta por inexigibilidade de licitação. Dentre os mencionados dispositivos, encontra-se a possibilidade de contratação direta, por inexigibilidade, de fornecedor exclusivo de determinado objeto (art. 25, I, Lei n. 8.666/93), desde que obedecidos os requisitos estabelecidos em lei.

Em síntese, a contratação direta esteada no dispositivo mencionado deve atender a certos requisitos, a saber: *a)* em regra só pode ser referente a compras, não se aplicando a serviços e obras; para que se possa eventualmente contratar serviços, como no caso, a fundamentação será dada no *caput* do art. 25 e serão necessários os mesmos requisitos exigidos pelo art. 25, I, por exemplo¹; *b)* em princípio, não se pode indicar marca, *c)* o fornecedor deve ser exclusivo, *d)* comprova-se a exclusividade por meio de certidões ou atestados fornecidos por junta comercial, sindicato ou entidade equivalente.

A análise da documentação acostada aos autos demonstra que os requisitos foram observados. A aquisição pretendida é chancelada tecnicamente pela Secretaria consulente e pela EMPREL. Entendo, pois, justificada a escolha do fornecedor, conforme exige o art. 26, parágrafo único, inc. II, da Lei nº 8.666/93, uma vez apresentada a argumentação da Secretaria consulente acerca da expertise da empresa e da necessidade / utilização do sistema / solução.

Por fim, verifica-se que a futura contratada atende aos requisitos de habilitação no tocante ao aspecto jurídico e fiscal, constando dos autos o estatuto social da entidade e certidões negativas de débitos trabalhistas e fiscais. Ressalte-se, contudo, a necessidade de renovação de eventuais certidões negativas vencidas até o momento da contratação, uma vez que os requisitos de habilitação devem ser mantidos, não só antes da contratação, senão também durante esta.

Verifica-se, ademais, a compatibilidade de preços com os praticados pela empresa no mercado (vide documentação nos autos relativa a aquisições do mesmo objeto por outros órgãos / entes).

Em conclusão, opina-se pela possibilidade de contratação direta, por inexigibilidade de licitação (art. 25, inc. I c/c 25 *caput*, da Lei nº 8.666/93), sem prejuízo da eventual atualização das certidões negativas vencidas e do cumprimento

¹ É o que bem evidencia Marçal Justen Filho. Vide: JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 275



PREFEITURA DO

RECIFE

das formalidades do art. 26 da Lei nº 8.666/93, sobretudo as devidas publicações em diário oficial e ratificação da inexigibilidade.

É o parecer.

À consideração superior.

Bruno Santos Cunha – brunocunha@recife.pe.gov.br

Procurador do Município do Recife – Matrícula 87.476-8 – OAB/PE 1.033-B

De acordo com os termos do Parecer nº 380/2015

Secretaria de Assuntos Jurídicos
Procuradoria Termos, Licitações e Contratos
Procurador Chefe

Diretor da Procuradoria

LUIZ CLAUDIO DE FARIAS JR.
Mat. 36903-9

Matrícula _____

De acordo com os termos do Parecer nº ____/2015

Diretor Geral da Procuradoria

Matrícula _____

De acordo com os termos do Parecer nº 380/2015

Secretário de Assuntos Jurídicos